

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras

2025



- 1. Relatório da Administração**
- 2. Notas Explicativas**
- 3. Relatório do Auditor Independente**
- 4. Declaração da Diretoria**

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1) Considerações Iniciais

Em 2025, a CPFL Piratininga cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 2,0 milhões de clientes, em 27 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 6,8% em relação ao exercício de 2024, decorrente principalmente das classes comercial e industrial, que registraram quedas de 18,7% e de 39,9%; compensando parcialmente, podemos destacar o crescimento de 0,6% nas vendas para a classe residencial.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2) Comentário sobre a Conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrentes da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos.

As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de "emergência econômica". Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques.

As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.

No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores

mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.

Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A inflação e as expectativas inflacionárias apresentaram desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou a oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA):

Em 21 de outubro de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.543, a ANEEL homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da CPFL Piratininga, em vigor desde 23 de outubro de 2025, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 10,00%, sendo 10,25% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e -0,22% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 10,27% e da Parcela B de -0,02%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 7,63%, sendo de 12,15%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 5,64%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3) Desempenho Operacional

Clientes

A CPFL Piratininga encerrou o ano com 2,0 milhões de clientes, com acréscimo de 38 mil consumidores, representando um crescimento de 1,7%.

Vendas de energia

Em 2025, as vendas para o mercado cativo totalizaram 7.015 GWh, uma queda de 6,8% em relação a 2024. A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2025 foi de 67,3% para a classe residencial, 17,0% para a classe comercial e 4,5% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- | **Classe Residencial:** crescimento de 0,6%, devido a melhora da massa de renda real e o incremento de unidades consumidoras em 2025 quando comparado ao ano de 2024. Em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída);
- | **Classe Comercial:** redução de 18,7%, refletindo o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída), menores temperaturas registradas em 2025, quando comparado ao ano de 2024, e a migração de clientes cativos para o mercado livre;

- | **Classe Industrial:** redução de 39,9%, devido à migração de clientes cativos para o mercado livre e o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída).

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente

A CPFL Piratininga obteve em 2025 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 76,8 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, uma oscilação positiva de 1,2 pontos (+1,6%) em relação ao resultado do ano anterior. O resultado manteve a empresa no 13º lugar da categoria, acima da média nacional, que foi de 68,7 pontos.

Fornecimento de energia

A CPFL Piratininga desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2025, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,64 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 2,69 vezes, entre os menores do setor.

4) Desempenho Econômico-Financeiro

Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 9.836 milhões em 2025, representando um crescimento de 4,7% (R\$ 442 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 15,9% (R\$ 242 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica – TUSD; (ii) de 15,9% (R\$ 81 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (iii) de 17,1% (R\$ 80 milhões) em outras receitas; (iv) de 7,7% (R\$ 26 milhões) no ativo e passivo financeiro setorial, passando de um ativo de R\$ 340 milhões para um ativo de R\$ 366 milhões; (v) de 0,4% (R\$ 25 milhões) no fornecimento de energia elétrica; e (vi) de 12,8% (R\$ 18 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão; parcialmente compensados pela redução de 13,6% (R\$ 30 milhões) no suprimento de energia elétrica.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 3.825 milhões em 2025, representando um aumento de 9,5% (R\$ 333 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 6.011 milhões no ano, registrando um aumento 1,8% (R\$ 109 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA)

Em 2025, o EBITDA foi de R\$ 1.312 milhões, representando um aumento de 4,5% (R\$ 57 milhões), devido às seguintes variações: (i) aumento de 1,8% (R\$ 109 milhões) na receita operacional líquida; e (ii) redução de 1,0% (R\$ 36 milhões) no custo com energia elétrica. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 15,9% (R\$ 81 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (ii) de 1,2% (R\$ 7 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- | Aumento de 6,1% (R\$ 13 milhões) nas despesas com pessoal;
- | Redução de 1,9% (R\$ 1 milhão) nas despesas com material;
- | Aumento de 6,2% (R\$ 14 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;

- | Redução de 12,4% (R\$ 18 milhões) em outros custos/despesas operacionais; e
- | Redução de R\$ 1 milhão em entidade de previdência privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2025	2024
Lucro Líquido	548.282	496.717
Amortização	170.035	162.051
Resultado Financeiro	350.991	351.280
Contribuição Social	65.239	64.461
Imposto de Renda	177.947	181.256
EBITDA	1.312.494	1.255.766

Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido

A CPFL Piratininga apurou lucro líquido de R\$ 548 milhões em 2025, representando um aumento de 10,4% (R\$ 52 milhões), refletindo as seguintes variações: (i) aumento de 4,5% (R\$ 57 milhões) no EBITDA; (ii) redução de 0,1% (R\$ 0,3 milhão) nas despesas financeiras líquidas; e (iii) redução de 1,0% (R\$ 3 milhões) no imposto de renda e contribuição social. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 4,9% (R\$ 8 milhões) na amortização.

Endividamento

Ao final de 2025, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Piratininga atingiu R\$ 4.359 milhões, representando um aumento de 9,9%.

5) Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 595 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. A rede de distribuição da CPFL Piratininga consistia em 28.712 km de linhas de distribuição, incluindo 52.089 transformadores de distribuição. A concessionária tinha 758 km de linhas de distribuição de alta tensão, entre 23 kV e 138 kV. Nesta data, a distribuidora detinha 51 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição, com capacidade total de transformação de 3.579 MVA.

6) Aspectos ESG (Ambientais, Sociais e de Governança)

A CPFL Piratininga desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em três pilares: Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Geração de valor compartilhado com a sociedade. O plano se desdobra atualmente em 18 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Programa de Integridade e Gestão do Canal de Ética: o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com a ética e a integridade, valores que orientam as decisões, as relações e os negócios. A integridade é um dos valores do Grupo CPFL, posicionada no centro do Nosso Jeito de Ser, refletindo a sua relevância estratégica na cultura.

O Programa está estruturado em 4 dimensões interdependentes, que sustentam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o apoio da alta administração, contando ainda com o apoio e a atuação próxima das áreas de negócio para sua efetiva implementação: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética e a Política Anticorrupção; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) avaliações de conflito de interesse, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações supervisionadas pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente, assegurando o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé, bem como com um processo estruturado de apuração de registros éticos.

Dentre as ações executadas em 2025, destaca-se a recertificação da ISO 37001 do Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção da Companhia que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Adicionalmente, o Grupo realizou a adesão voluntária ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ao Movimento Transparência 100%, iniciativas da Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança, mitigação de riscos e fortalecimento da cultura ética. No âmbito normativo, houve a revisão da cláusula anticorrupção padrão dos contratos da Companhia, com o objetivo de promover atualizações alinhadas às melhores práticas de mercado. O Programa também foi sustentado por um robusto plano de treinamentos ao longo de 2025, com marco relevantes como: Celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Sorocaba/SP e com a presença do jornalista Caco Barcelos; treinamento de integridade para a alta administração ministrado pelo advogado e professor Dr. Carlos Ayres; treinamento para fornecedores no fórum Rede de Valor, em parceria com a Diretoria de Suprimentos e ações focadas em liderança e público operacional sobre a Cultura Ética e Canal de Ética, nas quais reforçamos temas importantes como: política anticorrupção, assédio moral e tratamento desrespeitoso, Assédio sexual e importunação sexual, conflito de interesses. Em 2025, o Grupo CPFL realizou a migração da plataforma do Canal de Ética para a Aliant, fortalecendo a gestão do processo de ética e assegurando independência e confiabilidade.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Piratininga atua, em 2025 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte focando na redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 71 crianças e jovens. **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 285 mil pessoas; **(iii) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando mais de 4.095 espectadores; **(iv) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** Em 2025, a frente Intercâmbio Brasil><China impactou mais de 1,6 milhões de pessoas. Essa edição

contou com uma exposição de arte chinesa, espetáculo de dança, um festival cultural, publicações de livros, concertos de música e dois encontros especiais do café filosófico cpfl, além do lançamento de uma série documental na TV Cultura, uma playlist de música no Spotify e um canal exclusivo no YouTube. **(v) Café Filosófico CPFL:** Com nossa frente Café Filosófico CPFL, em 2025, realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Jundiaí/SP. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.

(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL): Eficiência Energética (0,5% da ROL): em 2025 foram investidos R\$ 34,8 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 23,9 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 1.425 clientes; substituição de 70.668 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); e, 19.263 famílias beneficiadas. Foram investidos também, (b) R\$ 1,3 milhões em projetos educacionais, com foco na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, que beneficiou 5.780 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica e foram desenvolvidas aulas para um projeto educacional inovador para alunos universitários. Tivemos ainda, (c) cerca de R\$ 0,6 milhões investidos em prédios públicos que proporcionaram a substituição de pontos de Iluminação por LED e instalação em sistemas fotovoltaicos. Por fim, (d) investimento de R\$ 20,5 milhões no Programa de Hospitais, que implementou 981,13 KWp instalados Sistemas de Geração Fotovoltaica e substituição de lâmpadas por LED em 29 hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

Gestão de Recursos Humanos: em 2025, treinamos 1.592 colaboradores. Foram 31,3 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para formação de eletricitas ao longo do ano: foram 7 turmas, 140 participantes, 118 aprovados, 55 contratados e 4 em processo de admissão.

Rede de Valor: Em 2025, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, dos quais 2 ocorreram em formato online e 1, em formato híbrido. Os temas abordados foram: Cenário Macroeconômico e Planejamento Estratégico CPFL, Impactos dos eventos climáticos extremos na cadeia de valor do setor elétrico e Ética e Integridade na Cadeia de Suprimentos, Saúde e Segurança do Trabalho na cadeia de valor e subcontratadas. No geral, contamos com a participação de 129 fornecedores.

7) Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: www.cpfl.com.br/ri > Governança Corporativa > Estatutos Sociais, Códigos e Políticas > Códigos, Políticas e Regimentos > Diversidade, Equidade e Inclusão.

Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

Composição níveis por gênero				
	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	83,33%	16,67%	80,00%	20,00%
Gerência	76,09%	23,91%	75,56%	24,44%
Chefia/Coordenação	79,03%	20,97%	74,55%	25,45%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administrativo	54,22%	45,78%	54,16%	45,84%

Operacional	93,67%	6,33%	93,14%	6,86%
Estagiários	57,14%	42,86%	81,48%	18,52%

II – Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração.

Diversidade no Conselho de Administração		
	2025	2024
Homens	100%	100%
Mulheres	0%	0%

III – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens				
	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria	144,57%	113,55%	98,48%	98,92%
Gerência	100,56%	104,22%	102,79%	99,39%
Chefia/Coordenação	103,43%	94,31%	102,71%	100,46%
Técnica/Supervisão	0,00%	224,67%	0,00%	0,00%
Administrativo	73,91%	79,55%	72,13%	77,82%
Operacional	74,53%	79,11%	76,23%	78,26%
Estagiários	91,79%	102,75%	99,73%	102,23%

8) Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Piratininga para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário
Assessoria tributária para cálculo do Pilar II

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como

objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9) Agradecimentos

A Administração da CPFL Piratininga agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CRC 1SP217200/O-6

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

SUMÁRIO

ATIVO	1
PASSIVO	2
DRE	3
DRA	4
DMPL	5
FLUXO DE CAIXA	6
DVA	7
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	8
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
(3) SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	11
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	21
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	22
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	23
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR	24
(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL	26
(10) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS	27
(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	29
(12) OUTROS ATIVOS	30
(13) ATIVO CONTRATUAL	31
(14) INTANGÍVEL	31
(15) FORNECEDORES	32
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	32
(17) DEBÊNTURES	35
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	37
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	42
(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	42
(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR	43
(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
(23) LUCRO POR AÇÃO	46
(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	47
(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	49
(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	50
(27) RESULTADO FINANCEIRO	51
(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	51
(29) SEGUROS	53
(30) GESTÃO DE RISCOS	53
(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	56
(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	61
(33) COMPROMISSOS	61

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	358.107	245.319
Títulos e valores mobiliários	6	5.848	146.901
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	950.807	861.623
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	1.874	77.511
Outros tributos a compensar	8	65.838	68.077
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	375.153	375.153
Derivativos	31	384	277.961
Ativo financeiro setorial	9	15.173	-
Estoques		8.322	8.402
Outros ativos	12	257.660	225.596
Total do circulante		2.039.166	2.286.543
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	12.607	10.145
Depósitos judiciais	20	263.318	249.207
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	85.417	85.417
Outros tributos a compensar	8	49.132	46.719
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	614.150	881.280
Ativo financeiro setorial	9	63.942	-
Derivativos	31	100.491	30.399
Ativo financeiro da concessão	11	3.836.600	3.343.565
Outros ativos	12	19.720	21.581
Ativo contratual	13	675.177	475.787
Intangível	14	466.580	583.812
Total do não circulante		6.187.133	5.727.913
Total do ativo		8.226.299	8.014.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	15	738.125	598.357
Empréstimos e financiamentos	16	275.729	1.210.037
Debêntures	17	143.299	241.809
Entidade de previdência privada	18	14.890	14.002
Taxas regulamentares		23.933	5.365
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	3.925	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	81.170	100.888
Mútuos com partes relacionadas	28	6.080	-
Dividendo	28	126.921	113.356
Obrigações estimadas com pessoal		26.610	25.000
Derivativos	31	1.461	137
Passivo financeiro setorial	9	249.326	183.859
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	71.947	71.947
Outras contas a pagar	21	251.539	288.913
Total do circulante		2.014.954	2.853.670
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	587.385	754.512
Debêntures	17	2.421.928	2.051.182
Entidade de previdência privada	18	40.217	51.850
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	213.331	205.205
Débitos fiscais diferidos	10	313.450	206.224
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	115.419	112.334
Mútuos com partes relacionadas	28	1.012.713	-
Derivativos	31	11.589	16.440
Passivo financeiro setorial	9	179.825	176.578
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	650.019	919.564
Outras contas a pagar	21	15.696	26.524
Total do não circulante		5.561.572	4.520.414
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		276.850	272.262
Reserva de capital		19.199	23.788
Reserva legal		55.370	54.452
Reserva de lucros a realizar		368.889	265.795
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		363.327	212.442
Dividendo		156.545	275.472
Resultado abrangente acumulado		(590.407)	(463.839)
Total do patrimônio líquido		649.772	640.372
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.226.299	8.014.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	24	6.010.732	5.901.753
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(3.486.612)	(3.523.048)
Custo com operação		(416.287)	(397.910)
Amortização		(153.920)	(143.221)
Outros custos com operação	26	(262.367)	(254.689)
Custo com serviço prestado a terceiros	26	(592.058)	(511.397)
Lucro operacional bruto		1.515.774	1.469.399
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(164.406)	(171.922)
Amortização		(1.350)	(1.224)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(60.948)	(70.500)
Outras despesas com vendas	26	(102.107)	(100.198)
Despesas gerais e administrativas		(186.018)	(186.466)
Amortização		(14.766)	(17.606)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(171.252)	(168.860)
Outras despesas operacionais	26	(22.892)	(17.296)
Resultado do serviço		1.142.459	1.093.715
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		288.745	232.893
Despesas financeiras		(639.736)	(584.173)
		(350.991)	(351.280)
Lucro antes dos tributos		791.468	742.435
Contribuição social	10	(65.239)	(64.461)
Imposto de renda	10	(177.947)	(181.256)
		(243.186)	(245.717)
Lucro líquido do exercício		548.282	496.717
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	23	10,33	9,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	548.282	496.717
Outros resultados abrangentes	(126.569)	(129.173)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(126.327)	(128.117)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(242)	(1.056)
Resultado abrangente do exercício	421.713	367.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	267.673	28.376	51.926	212.442	174.402	192.000	(334.666)	-	592.154
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	496.717	496.717
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(128.117)	-	(128.117)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(1.056)	-	(1.056)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	2.526	-	-	-	-	(2.526)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	91.393	-	-	(91.393)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(192.000)	-	-	(192.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	275.472	-	(275.472)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(102.136)	(102.136)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	(25.190)	(25.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	272.262	23.788	54.452	212.442	265.795	275.472	(463.839)	-	640.372
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	548.282	548.282
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(126.327)	-	(126.327)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(242)	-	(242)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	918	-	-	-	-	(918)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	150.884	-	-	-	(150.884)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	103.094	-	-	(103.094)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(275.472)	-	-	(275.472)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	156.545	-	(156.545)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(70.707)	(70.707)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2025, 30/06/2025, 30/09/2025 e 30/12/2025	-	-	-	-	-	-	-	(66.134)	(66.134)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	276.850	19.199	55.370	363.327	368.889	156.545	(590.407)	-	649.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes dos tributos	791.468	742.435
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	170.036	162.051
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	11.524	22.237
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	60.948	70.500
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	292.296	290.910
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	(5.400)	(4.364)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	20.581	14.968
	1.341.453	1.298.737
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(151.083)	(32.546)
Tributos a compensar	435.201	112.374
Depósitos judiciais	-	(2.033)
Ativo financeiro setorial	464.160	40.323
Contas a receber - CDE	(30.163)	(43.914)
Outros ativos operacionais	4.327	33.370
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	139.768	(25.314)
Outros tributos e contribuições sociais	(29.639)	123.226
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(124.872)	(98.703)
Taxas regulamentares	18.568	(9.905)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(17.166)	(24.443)
Passivo financeiro setorial	(824.872)	(348.511)
Outros passivos operacionais	(29.743)	5.831
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.195.939	1.028.492
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(291.770)	(249.268)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(140.312)	(469.583)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	763.857	309.641
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(3.148.661)	(2.301.856)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	3.287.041	2.300.326
Adições de ativo contratual	(595.304)	(500.656)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(456.924)	(502.186)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	821.034	1.324.707
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.724.952)	(1.135.359)
Liquidação de operações com derivativos	98.600	(104.419)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(388.827)	(209.587)
Captação de mútuo com partes relacionadas	1.000.000	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(194.145)	(124.658)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	112.788	(317.203)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	245.319	562.522
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	358.107	245.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
1 - Receita	9.775.205	9.323.777
1.1 Receita de venda de energia e serviços	9.245.045	8.884.457
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	591.109	509.820
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.948)	(70.500)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(4.845.756)	(4.914.812)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.917.318)	(3.964.157)
2.2 Material	(328.138)	(323.653)
2.3 Serviços de terceiros	(483.319)	(399.052)
2.4 Outros	(116.980)	(227.951)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	4.929.449	4.408.965
4 - Retenções	(170.552)	(162.478)
4.1 Amortização	(170.552)	(162.478)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	4.758.897	4.246.487
6 - Valor adicionado recebido em transferência	298.345	238.397
6.1 Receitas financeiras	298.345	238.397
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	5.057.242	4.484.883
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	222.395	213.222
8.1.1 Remuneração direta	131.530	124.593
8.1.2 Benefícios	76.768	74.251
8.1.3 F.G.T.S	14.097	14.378
8.2 Impostos, taxas e contribuições	3.638.454	3.181.201
8.2.1 Federais	2.253.598	1.854.758
8.2.2 Estaduais	1.381.479	1.323.116
8.2.3 Municipais	3.377	3.326
8.3 Remuneração de capital de terceiros	648.111	593.744
8.3.1 Juros	644.673	589.966
8.3.2 Aluguéis	3.438	3.777
8.4 Remuneração de capital próprio	548.282	496.717
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	66.134	25.190
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	227.252	377.608
8.4.3 Lucros retidos	254.896	93.919
	5.057.242	4.484.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte, Jardim Professora Tarcília, CEP: 13.087-397, Campinas, São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 23 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 2,0 milhões de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

1.1 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil

Em junho de 2025, a ANEEL aprovou, em reunião pública da diretoria, o requerimento da Companhia para a celebração de novo Termo Aditivo ao seu Contrato de Concessão, considerando a minuta final publicada no Despacho ANEEL nº 517/2025, com o objetivo de promover a prorrogação antecipada da concessão por mais 30 (trinta) anos, a partir de 23 de outubro de 2028. Com a aprovação, o processo foi encaminhado pela ANEEL ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). O MME, por sua vez, submeteu o processo à análise do Tribunal de Contas da União (“TCU”). Em novembro de 2025 o TCU atestou conformidade do processo conduzido pela ANEEL e que o MME atendeu aos requisitos estabelecidos para a extensão dos contratos de concessão da CPFL Piratininga. Após a avaliação, caberá ao MME a decisão final e, posteriormente, a assinatura do novo termo aditivo, conforme os prazos estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024.

1.2 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada frente as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos na agenda climática com o desenvolvimento do Plano Integrado de Adaptação Climática. Iniciamos o mapeamento de riscos climáticos físicos na distribuição. O processo também nos prepara para cumprir as exigências da Resolução CVM nº 193.

Iniciativas específicas

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS). Além disso temos projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro ("MCSE") e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ("www.aneel.gov.br") e da Companhia ("www.cpfl.com.br") a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 3 de março de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para

os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 19 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 31 – Instrumentos financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários

dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 24).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são

reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, softwares e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para

exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando

ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo considerada patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros

resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários - nota 24.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis

No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis, bem como orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas foram emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

Foi emitido o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. Introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51, será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas a partir da data de adoção.

(b) Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Foram emitidas as alterações ao CPC 48 e CPC 40 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos

financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Melhorias Anuais às Normas Contábeis

Foram emitidas as alterações pontuais em normas como CPC 37, CPC 40, CPC 48, CPC 36 e CPC 03 (R2), com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos bancários	20.946	30.160
Aplicações financeiras	337.161	215.159
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	3.709	3.640
Títulos de crédito privado (b)	328.046	199.995
Fundos de investimentos (c)	5.406	11.524
Total	358.107	245.319

(a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") em 2025 e 2024.

(b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 248.806 (R\$ 109.530 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 79.240 (R\$ 90.465 em 31 de dezembro de 2024), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 99,44% do CDI (98,94% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024) tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Através de fundos de investimentos	5.848	146.901
Total	5.848	146.901

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	265.505	148.056	31.503	445.064	398.205
Industrial	12.720	12.797	24.069	49.586	43.453
Comercial	49.849	20.587	8.305	78.741	77.202
Rural	2.485	1.266	290	4.042	3.926
Poder público	13.188	2.647	2.560	18.396	18.464
Iluminação pública	13.330	4.873	158	18.361	14.821
Serviço público	13.685	610	2.447	16.742	17.032
Faturado	370.762	190.836	69.332	630.931	573.103
Não faturado	348.542	-	-	348.542	293.860
Parcelamento de débito de consumidores	13.864	7.896	11.344	33.104	47.548
Operações realizadas na CCEE	13.842	-	-	13.842	33.133
Concessionárias e permissionárias	795	-	-	795	1.799
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(880)	-	-	(880)	(925)
Outros	26	-	-	26	17
	746.952	198.732	80.676	1.026.360	948.534
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(75.552)	(86.911)
Total				950.807	861.623
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	12.607	-	-	12.607	10.145
Total	12.607	-	-	12.607	10.145

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2023	(87.127)	(2.797)	(89.924)
Provisão revertida (constituída) líquida	(101.550)	61	(101.489)
Recuperação de receita	30.989	-	30.989
Baixa de contas a receber provisionadas	70.777	1.393	72.171
Saldo em 31/12/2024	(86.911)	(1.343)	(88.254)
Provisão revertida (constituída) líquida	(93.941)	(1.512)	(95.452)
Recuperação de receita	34.504	-	34.504
Baixa de contas a receber provisionadas	70.796	(1.539)	69.257
Saldo em 31/12/2025	(75.552)	(4.393)	(79.945)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.874	77.511
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.874	77.511
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	11.932	13.180
ICMS a compensar	42.174	41.202
Programa de integração social - PIS	2.124	3.418
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	9.599	10.261
Outros	9	15
Outros tributos a compensar	65.838	68.077
Total circulante	67.711	145.588
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	22.993	22.993
Imposto de renda a compensar - IRPJ	62.424	62.424
Imposto de renda e contribuição social a compensar	85.417	85.417
ICMS a compensar	49.131	46.719
Outros tributos a compensar	49.132	46.719
Total não circulante	134.548	132.136

Imposto de renda e contribuição social a compensar: refere-se principalmente a constituição de crédito de imposto de renda e contribuição social pago a maior.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se, principalmente, a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

ICMS a compensar: refere-se, principalmente, a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: Refere-se ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes da atualização pela taxa Selic incidente sobre valores recuperados por meio de repetição de indébito tributário. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), firmou entendimento de que o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na restituição ou compensação de tributos pagos indevidamente. A Companhia ajuizou ação judicial em julho de 2021, visando resguardar seu direito de recuperar os valores indevidamente tributados nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com base nessa decisão e na expectativa de realização dos créditos, a Administração procedeu ao reconhecimento contábil dos respectivos valores, registrados no ativo como tributos a compensar. A Companhia aguarda a decisão da ação judicial para iniciar a utilização do crédito tributário. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a compensar é de R\$ 85.417.

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	66.919	66.919
COFINS sobre ICMS	308.234	308.234
Total circulante	375.153	375.153
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	109.551	157.267
COFINS sobre ICMS	504.599	724.013
Total não circulante	614.150	881.280
<u>Passivo</u>	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	71.947	71.947
Total circulante	71.947	71.947
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	650.019	919.564
Total não circulante	650.019	919.564

Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal ("STF") que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado "praticamente certo" e (iv) a Companhia possui uma ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 1.816.859.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em fevereiro de 2022, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto à Receita Federal do Brasil e houve o início da utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com isso, no reajuste tarifário de outubro de 2022 foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 434.863 de igual maneira no reajuste tarifário de outubro de 2023, 2024 e 2025 houve repasse nos montantes de R\$ 595.322, R\$ 131.012 e R\$ 338.382 respectivamente (nota 9), restando assim no passivo com consumidores, o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 721.966 (R\$ 991.511 em 31 de dezembro de 2024).

Ainda sobre esse assunto, em 2024 a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 444.566 foi recolhido em fevereiro de 2024. Tais valores foram ajustados entre o Reajuste Tarifário Anual de 2024 e 2025, resultando na neutralização do efeito tarifário.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2022, até dezembro de 2025 já foram compensados junto à Receita Federal do

Brasil o montante de R\$ 1.330.595, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 989.303 (R\$ 1.256.433 em 31 de dezembro de 2024).

Em 22 de julho de 2025 houve a conclusão da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, sendo que a Agência manteve a interpretação de que os créditos tributários devem ser devolvidos integralmente aos consumidores.

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 7324 e, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido, mantendo a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022, e definindo a destinação dos valores de débitos tributários restituídos em favor dos consumidores, e ainda (i) permitindo a dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, para o fim de obter a repetição do indébito; e (ii) observando o prazo de 10 anos, contados da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada. Por fim, o Tribunal decidiu que o recebimento de boa-fé a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos em virtude de ação judicial está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, e aguarda o julgamento dos embargos de declaração protocolados pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) no Supremo Tribunal Federal - STF.

Logo, diante das incertezas quanto à contagem do prazo prescricional e à forma de aplicação da decisão proferida na ADI 7324, a Administração entende que, neste momento, não dispõe de elementos suficientes para elaborar estimativa confiável do montante que poderia ser revertido do passivo antes do julgamento dos embargos de declaração. Ressalte-se, contudo, que a opção da Companhia por não reconhecer qualquer crédito tributário nesta fase não implica renúncia ao direito que lhe assiste.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2024			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Devolução aos consumidores	Recebimento	Saldo em 31/12/2025		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	18.535	(24.931)	(6.397)	374.765	(52.169)	29.459	-	(5.249)	82.873	257.535	340.408
CVA (*)	(4.185)	15.161	10.975	272.551	(57.214)	16.845	-	(5.249)	81.331	156.576	237.907
Custos energia elétrica	23.705	(243.272)	(219.568)	20.017	229.746	593	-	-	20.709	10.078	30.787
ESS e EER (**)	5.390	37.412	42.802	(11.081)	(34.205)	1.822	-	-	(2.782)	2.120	(662)
Proinfa	-	(9.917)	(9.917)	31.302	3.079	2.787	-	-	-	27.251	27.251
Rede básica	3.548	55.067	58.615	57.885	(62.085)	6.173	-	-	30.692	29.896	60.588
Repasse de Itaipu	21.483	(93.833)	(72.350)	(32.882)	94.585	(1.391)	-	-	8.813	(20.850)	(12.037)
Transporte de Itaipu	(1.992)	7.591	5.599	8.917	(7.443)	541	-	-	4.561	3.052	7.614
Neutralidade dos encargos setoriais	(23.546)	(53.778)	(77.323)	682	54.309	(14)	-	-	(20.117)	(2.230)	(22.347)
Sobrecontratação	236	260.638	260.874	40.125	(272.941)	2.104	-	-	(21.481)	51.642	30.162
Bandeira Tarifária faturada	(6.104)	-	(6.104)	(12.750)	-	-	-	-	(18.853)	-	(18.853)
Outros componentes financeiros	(126.682)	(227.359)	(354.041)	(218.713)	262.078	(20.838)	(358.931)	-	(150.863)	(539.581)	(690.444)
Devolução do crédito de PIS/COFINS	(37.514)	(105.721)	(143.235)	(156.815)	208.214	-	(338.382)	-	-	(430.218)	(430.218)
Geração distribuída	-	-	-	-	3.954	-	(20.549)	-	-	(16.596)	(16.596)
Ultrap. Dem. e Exced. Reativos	(83.259)	(113.637)	(196.896)	(48.578)	37.862	(15.268)	-	-	(147.105)	(75.775)	(222.881)
Outros	(5.909)	(8.001)	(13.910)	(13.319)	12.049	(5.570)	-	-	(3.758)	(16.992)	(20.750)
Total	(108.148)	(252.290)	(360.437)	156.053	209.909	8.620	(358.931)	(5.249)	(67.991)	(282.046)	(350.036)
Ativo circulante			-								15.173
Ativo não circulante			-								63.942
Passivo circulante			(183.859)								(249.326)
Passivo não circulante			(176.578)								(179.825)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS: conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.543 relativa ao RTA de 2025, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no terceiro trimestre de 2025 (nota 8.1). (ii) Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos: valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão. (iii) Geração Distribuída: Conforme disposto no Despacho nº 684/2025, foi incorporado na definição da energia requerida a consideração do mercado de fornecimento medido e a dedução da energia injetada pela MMGD, com vigência a partir dos processos tarifários de 2025, em conformidade com o princípio da modicidade tarifária prevista pelo artigo 13 da Lei nº 14.300 de 2022. Em 2025 foi considerado o montante de R\$ 20.549 que estava registrado no grupo de contas a pagar com os consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais para devolução aos consumidores. (iv) Outros: (i) CDE GD; (ii) CDE covid e escassez hídrica.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2025 ocorreu em maio e foi homologado pelo Despacho nº 1.536 de 23 de maio de 2025.

(10) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	7.145	23.529
Benefício fiscal do intangível incorporado	2.933	3.968
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(93.600)	(82.802)
Subtotal	(83.522)	(55.304)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	20.006	65.466
Benefício fiscal do intangível incorporado	10.067	13.620
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(260.000)	(230.006)
Subtotal	(229.928)	(150.919)
Total	(313.450)	(206.224)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, bases negativas, prejuízo fiscal e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R3) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3% ao ano.

10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.847	30.131	10.743	29.841
Entidade de previdência privada	1.160	3.221	4.016	11.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.934	22.038	8.681	24.115
Provisão energia livre	3.651	10.141	3.193	8.870
Programas de P&D e eficiência energética	4.274	11.871	4.980	13.834
Provisão relacionada a pessoal	1.672	4.644	1.644	4.566
Marcação a Mercado - Derivativos	(1.803)	(5.008)	7.103	19.730
Marcação a Mercado - Dívidas	(4.255)	(11.820)	(9.093)	(25.259)
Derivativos	(9.925)	(27.569)	(36.247)	(100.685)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(311)	(863)	(420)	(1.168)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(109.670)	(304.639)	(95.612)	(265.589)
Outros	968	2.689	14.583	40.509
Subtotal	(95.459)	(265.165)	(86.428)	(240.078)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	1.859	5.165	3.659	10.164
Marcação a Mercado - Derivativos	-	-	12	34
Marcação a Mercado - Dívidas	-	-	(45)	(126)
Subtotal	1.859	5.165	3.626	10.072
Total	(93.600)	(260.000)	(82.802)	(230.006)

10.4 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de bases negativas e prejuízos fiscais, benefício fiscal do intangível incorporado e diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	
2026	67.039
2027	29.916
2028	29.280
2029	11.591
2030	16.392
2034 a 2036	8.196
Total	162.414

10.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2025 e 2024:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	791.468	791.468	742.435	742.435
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.484)	(1.484)	(200)	(200)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	48.578	48.578	49.203	49.203
Juros sobre o capital próprio	(66.134)	(66.134)	(25.190)	(25.190)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(53.748)	(60.641)	(50.097)	(38.324)
Base de cálculo	718.680	711.787	716.151	727.924
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(64.681)	(177.947)	(64.454)	(181.981)
Provisão para riscos fiscais	(558)	-	(8)	725
Total	(65.239)	(177.947)	(64.461)	(181.256)
Corrente	(38.788)	(103.847)	(64.384)	(180.473)
Diferido	(26.451)	(74.100)	(77)	(783)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 100.551 (R\$ 860 em 2024) refere-se a (i) diferenças temporárias R\$ 34.118 (R\$ 85.266 em 2024), (ii) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 4.588 (R\$ 4.589 em 2024), e (iii) bases negativas e prejuízos fiscais R\$ 61.845 (credora R\$ 88.995 em 2024).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	119.527	119.527	(213.956)	(213.956)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	291.598	291.598
Base de cálculo	119.527	119.527	77.642	77.642
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(10.757)	(29.882)	(6.988)	(19.411)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	12.557	34.882	20.349	56.525
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	1.800	5.000	13.361	37.114
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	367	367	1.600	1.600
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	(33)	(92)	(144)	(400)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	1.767	4.908	13.217	36.714

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2023	2.933.783
Transferência - ativo contratual	283.428
Transferência - intangível em serviço	(1.211)
Ajuste ao valor justo	148.482
Baixas	(20.917)
Saldo em 31/12/2024	3.343.565
Transferência - ativo contratual	348.021
Transferência - intangível em serviço	(2.397)
Ajuste ao valor justo	171.723
Baixas	(24.311)
Saldo em 31/12/2025	3.836.600

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo

(valor novo de reposição – “VNR” – nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do exercício.

Em 2025, o valor das baixas de R\$ 24.311 (R\$ 20.917 em 2024) refere-se: baixa do ativo de R\$ 8.791 (R\$ 10.910 em 2024) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 15.520 (R\$ 10.007 em 2024).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - Plano de previdência privada	6.068	3.961	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	14.299	10.487	-	-
Ordens em curso	62.827	66.882	-	-
Serviços prestados a terceiros	3.545	888	-	-
Despesas antecipadas	30.551	30.700	918	2.977
Contas a receber - CDE	111.836	81.673	-	-
Adiantamentos a funcionários	4.206	3.370	-	-
Arrendamentos e aluguéis	14.440	13.116	-	-
Outros	14.281	15.861	18.801	18.605
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(4.393)	(1.343)	-	-
Total	257.660	225.596	19.720	21.581

Cauções, fundos e depósitos vinculados - garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento da Companhia.

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 21).

Despesas antecipadas: refere-se principalmente a antecipação de despesas com PROINFA e licença de software.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 9.946 (R\$ 6.081 em 31 de dezembro de 2024), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 101.890 (R\$ 73.535 em 31 de dezembro de 2024) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 0 (R\$ 2.057 em 31 de dezembro de 2024) (nota 24.3).

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia (nota 3.14).

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2023	326.798
Adições	507.617
Transferência - intangível em serviço	(75.200)
Transferência - Ativo financeiro	(283.428)
Saldo em 31/12/2024	475.787
Adições	602.524
Transferência - intangível em serviço	(55.113)
Transferência - Ativo financeiro	(348.021)
Saldo em 31/12/2025	675.177

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	674.525	1.106	675.631
Custo histórico	2.407.923	3.931	2.411.854
Amortização acumulada	(1.733.398)	(2.825)	(1.736.222)
Amortização	(159.236)	(498)	(159.734)
Transferência - ativo contratual	75.006	194	75.200
Transferência - ativo financeiro	1.211	-	1.211
Baixa e transferência - outros ativos	(8.496)	-	(8.496)
Saldo em 31/12/2024	583.010	803	583.812
Custo histórico	2.421.466	4.125	2.425.591
Amortização acumulada	(1.838.457)	(3.322)	(1.841.779)
Amortização	(168.255)	(317)	(168.572)
Transferência - ativo contratual	55.113	-	55.113
Transferência - ativo financeiro	2.397	-	2.397
Baixa e transferência - outros ativos	(6.171)	-	(6.171)
Saldo em 31/12/2025	466.094	485	466.580
Custo histórico	2.441.972	4.233	2.446.204
Amortização acumulada	(1.975.878)	(3.747)	(1.979.625)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2025 foram capitalizados R\$ 6.703 (R\$ 6.534 em 2024), a uma taxa média de 7,97% a.a. (7,66% a.a. em 2024) (nota 27).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre

outros. Para os exercícios de 2025 e 2024 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

(15) FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de serviço do sistema	1.102	7.558
Suprimento de energia elétrica	350.082	318.597
Encargos de uso da rede elétrica	91.444	92.572
Materiais e serviços	219.840	113.452
Energia livre	75.657	66.178
Total	738.125	598.357

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré Fixado	-	37.500	-	358	-	-	37.858
Pós Fixado							
IPCA	608.796	-	(71.321)	52.037	-	(25.426)	564.087
Selic	-	62.500	-	3.263	-	-	65.763
Gastos com captação	(3.055)	(5.475)	-	1.394	-	-	(7.136)
Total moeda nacional	605.741	94.525	(71.321)	57.053	-	(25.426)	660.572
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	809.719	-	(508.932)	21.786	(85.275)	(27.536)	209.762
Euro	578.628	-	(554.733)	856	(23.805)	(945)	-
Marcação a mercado	(29.539)	-	-	22.319	-	-	(7.220)
Total moeda estrangeira	1.358.808	-	(1.063.665)	44.960	(109.080)	(28.481)	202.542
Total	1.964.549	94.525	(1.134.986)	102.013	(109.080)	(53.907)	863.114
Circulante	1.210.037						275.729
Não circulante	754.512						587.385

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional						
Mensuradas ao custo						
Pós Fixado						
IPCA	646.958	(67.858)	57.034	-	(27.339)	608.796
Gastos com captação	(3.920)	-	867	-	-	(3.055)
Mensuradas ao valor justo						
Pré Fixado	453.573	(447.000)	8.068	-	(14.641)	-
Marcação a mercado	(3.064)	-	3.064	-	-	-
Total moeda nacional	1.093.548	(514.858)	69.032	-	(41.979)	605.741
Moeda estrangeira						
Mensuradas ao valor justo						
Dólar	633.077	-	26.205	175.373	(24.936)	809.719
Euro	484.132	-	3.812	94.500	(3.816)	578.628
Marcação a mercado	(46.646)	-	17.106	-	-	(29.539)
Total moeda estrangeira	1.070.563	-	47.124	269.873	(28.753)	1.358.808
Total	2.164.109	(514.858)	116.156	269.873	(70.732)	1.964.549
Circulante	521.529					1.210.037
Não circulante	1.642.580					754.512

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 7.220 (R\$ 29.539 em 31 de dezembro de 2024), que compensados com as perdas acumuladas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 8.441 (R\$ 33.414 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram uma perda líquida não realizada de R\$ 1.221 (R\$ 3.875 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
Pré Fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,91%	37.858	-	2027 a 2028	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		37.858	-		
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80%	564.087	608.796	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		564.087	608.796		
SELIC					
FINEM	SELIC + 1,54%	65.763	-	2027 a 2028	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		65.763	-		
Gastos com captação		(7.136)	(3.055)		
Total moeda nacional		660.572	605.741		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US\$ + 1,94% a 4,7090%	209.762	809.719	2023 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro	Euro + 0,697%	-	578.628	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(7.220)	(29.539)		
Total moeda estrangeira		202.542	1.358.808		
Total		863.114	1.964.549		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 90% a 120% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2027	80.279
2028	507.106
Total	587.385

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2025	2024	2025	2024
IPCA	4,26	4,83	65,35	30,83
CDI	14,90	12,15	23,47	69,17
Outros			11,18	-
			100,00	100,00

Adições no exercício:

	Montantes R\$ mil					
Modalidade	Valor	Liberados em 2025	Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro / taxa efetiva anual
Moeda Nacional						
Mensuradas ao custo						
BNDES	257.183	58.306	Trimestral	Mensal a partir de janeiro de 2027	Investimento	SELIC + 1,54%
BNDES	154.310	36.218	Trimestral	Mensal a partir de janeiro de 2027	Investimento	TR + 2,91%
	411.493	94.525				

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.295.099	-	(447.176)	150.653	(154.402)	844.174
IPCA	-	440.000	-	21.487	(11.409)	450.078
Gastos com captação	(3.503)	(13.491)	-	1.937	-	(15.058)
Total ao custo	1.291.596	426.509	(447.176)	174.077	(165.811)	1.279.194
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.105.296	300.000	(142.789)	138.061	(72.051)	1.328.517
Marcação a mercado	(103.902)	-	-	61.417	-	(42.484)
Total ao valor justo	1.001.395	300.000	(142.789)	199.479	(72.051)	1.286.033
Total	2.292.991	726.509	(589.966)	373.556	(237.863)	2.565.227
Circulante	241.809					143.299
Não circulante	2.051.182					2.421.928

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	697.660	1.035.000	(442.382)	126.935	(122.114)	1.295.099
IPCA	42.904	-	(42.420)	606	(1.090)	-
Gastos com captação	(1.364)	(3.293)	-	1.153	-	(3.503)
Total ao custo	739.201	1.031.707	(484.803)	128.694	(123.203)	1.291.596
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	898.693	293.000	(135.699)	104.635	(55.332)	1.105.296
Marcação a mercado	(21.217)	-	-	(82.685)	-	(103.902)
Total ao valor justo	877.475	293.000	(135.699)	21.950	(55.332)	1.001.395
Total	1.616.676	1.324.707	(620.501)	150.644	(178.536)	2.292.991
Circulante	300.290					241.809
Não circulante	1.316.386					2.051.182

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 42.484 (R\$ 103.902 em 31 de dezembro de 2024), que compensados das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 14.012 (R\$ 77.545 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 28.472 (R\$ 26.537 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 0,49% a 1,47%	844.174	1.295.099	2024 a 2031	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,2901% a 6,9249%	450.078	-	2033 a 2035	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(15.058)	(3.503)		
Total mensuradas ao custo		1.279.194	1.291.596		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + 4,30% a 7,7082%	1.328.517	1.105.296	2029 a 2039	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(42.484)	(103.902)		
Total mensuradas ao valor justo		1.286.033	1.001.395		
Total		2.565.227	2.292.991		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo variam de 104,68% a 111,6% do CDI.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2027	109.323
2028	154.997
2029	266.920
2030	238.520
2031	409.516
2032 a 2035	1.190.817
2036 a 2040	94.319
Subtotal	2.464.413
Marcação a mercado	(42.484)
Total	2.421.928

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes em R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		Liberados em 2025	Liberado líquido dos gastos de emissão					
Mensuradas ao custo - IPCA								
20ª Emissão	334.000	334.000	323.826	semestral	5 Parcelas semestrais a partir de maio de 2033	Investimento	IPCA + 6,92%	Não se aplica
21ª Emissão	106.000	106.000	102.683	semestral	5 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2033	Investimento	IPCA + 6,90%	Não se aplica
Mensuradas ao valor justo - IPCA								
19ª Emissão	300.000	300.000	300.000	semestral	5 Parcelas semestrais a partir de fevereiro de 2033	Investimento	IPCA + 7,71%	CDI - 0,02%
		740.000	726.509					

Pré-pagamento:

Durante o exercício de 2025 foram liquidados antecipadamente R\$ 334.000 referente a 14ª emissão cujo vencimento original era maio de 2029.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas semestralmente e apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, conforme abaixo:

18.1 Características

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

1) Plano PSAP/Piratininga (fechado para adesões e saldado):

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 31 de maio de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para saldar o benefício suplementar e permitir que os participantes ativos, assistidos e pensionistas realizem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o participante deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Bradesco.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.343.802	1.262.430
Valor justo dos ativos do plano	(1.688.374)	(1.531.662)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	(344.572)	(269.232)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	367.554	291.598
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(22.982)	(22.366)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	-	-

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023	1.468.447	(1.453.794)
Rendimento esperado no exercício	-	(141.299)
Juros sobre obrigação atuarial	136.935	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(89.631)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(207.927)	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	18.037
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(22.366)	-
Benefícios pagos no exercício	(135.025)	135.025
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2024	1.240.064	(1.531.662)
Rendimento esperado no exercício	-	(179.203)
Juros sobre obrigação atuarial	139.335	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(114.127)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	6.087	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	67.102	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	5.466
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(616)	-
Benefícios pagos no exercício	(131.152)	131.152
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2025	1.320.820	(1.688.374)

18.3 Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo atuarial líquido no início do exercício	-	14.653
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(5.400)	(4.364)
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(114.127)	(89.631)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	6.087	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	67.102	(207.927)
Efeito <i>risk sharing</i>	(616)	(22.366)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	41.488	291.598
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	5.466	18.037
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	-	-
Dívida financeira	54.596	65.342
Outras contribuições	511	510
Total passivo	55.107	65.852
Circulante	14.890	14.002
Não circulante	40.217	51.850

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2025 estão apresentadas no montante de R\$ 102.715.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento

2026	130.333
2027	134.139
2028	137.839
2029	141.537
2030 a 2035	913.583
Total	<u>1.457.431</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 7,9 anos.

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as receitas a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as receitas reconhecidas em 2025 e 2024 são como segue:

	2026	2025	2024
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Juros sobre obrigações atuariais	144.274	139.335	136.935
Rendimento esperado dos ativos do plano	(192.407)	(179.203)	(141.299)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	42.232	34.468	-
Total de (receita) despesa	<u>(5.901)</u>	<u>(5.400)</u>	<u>(4.364)</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,95% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT2000 (-10)	AT2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	UP-84 Modificada, suavizada em 60% Masculina	Mercer Disability, suavizada 50% Masculina
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR 2015 a 2024	ExpR_2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2025	2024
Renda fixa	94%	89%
Títulos públicos federais	69%	31%
Títulos privados (instituições financeiras)	5%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	0%
Outros investimentos de renda fixa	19%	57%
Renda variável	3%	8%
Fundos de investimento em ações	3%	8%
Investimentos estruturados	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	1%
Cotados em mercado ativo	98%	98%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	2%	2%
	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta para 2026
Renda fixa	96,7%
Renda variável	0,2%
Imóveis	0,6%
Empréstimos e financiamentos	2,5%
Total	100,0%

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest, efetuada ao final de 2025 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez e solvência do plano, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções

macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 26.310 (redução de R\$ 26.734).
- Se a tábua de biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 25.577 (redução de R\$ 27.630).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,24% a.a. e 11,74% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IPCA, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

O “Apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Companhia, sendo que referido “Apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com

aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.839	-	206.393	197.065
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.086	-	6.938	8.140
Total	3.925	-	213.331	205.205

	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	34.039	64.939
Programa de integração social - PIS	6.457	4.739
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	29.990	21.993
Outros	10.684	9.217
Total	81.170	100.888

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso de IRPJ em questão refere-se a Mandado de Segurança que discute a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	31.192	5.164	31.292	4.961
Cíveis	34.552	16.789	25.539	15.996
Fiscais	48.125	241.365	43.226	228.250
Regulatórios	1.550	-	12.277	-
Total	115.419	263.318	112.334	249.207

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	31.292	1.079	(920)	(3.371)	3.113	31.192
Cíveis	25.539	15.497	(237)	(10.008)	3.762	34.552
Fiscais	43.226	2.370	(243)	(13)	2.785	48.125
Regulatórios	12.277	-	(8.208)	(3.773)	1.254	1.550
Total	112.334	18.947	(9.609)	(17.166)	10.913	115.419

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade

de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente ICMS, PIS e COFINS.
- d. **Regulatórios:** os processos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	31/12/2025	31/12/2024	Principais causas
Trabalhistas	26.270	21.691	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	615.948	542.694	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	383.075	365.051	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - Outros	459.159	425.688	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	501	18.878	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.484.953	1.374.001	

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores e concessionárias	74.188	70.528	-	-
Bônus Itaipu	-	34.043	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	76.542	88.321	-	7.004
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	21.368	10.055	3.499	8.878
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	14.180	9.421	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	244	1.771
Adiantamentos	3.549	2.580	3.436	94
Folha de pagamento	4.574	3.748	-	-
Participação nos lucros	19.294	18.826	6.269	6.641
Convênios de arrecadação	28.549	26.007	-	-
Outros	7.769	23.856	2.247	2.137
Total	251.539	288.913	15.696	26.524

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: Referem-se ao saldo do Sistema de Compensação de Energia Elétrica ("SCEE") de R\$ 48.200 (R\$ 43.414 em 31 de dezembro de 2024), além de outras contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. Em relação ao SCEE é por meio desse sistema que a energia excedente produzida por unidades consumidoras que utilizam microgeração ou minigeração distribuída é injetada na rede elétrica da distribuidora e convertida em créditos de energia. Esses créditos podem ser utilizados no prazo de 60 meses para abater o consumo da própria unidade consumidora e se não utilizado é repassado na tarifa.

Bônus Itaipu: refere-se aos valores recebidos e repassados à determinados consumidores decorrente do superávit na Conta de Itaipu.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.14).

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	100,00	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	100,00	53.096.770.180	100,00

22.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,06 vezes o EBITDA em 2025 (2,98 vezes em 2024), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

22.2 Capital social

Através da AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024, sem emissão de novas ações.

22.3 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao “Benefício fiscal do intangível incorporado” oriundo da incorporação da antiga controladora DRAFT I Participações S/A, conforme mencionado na nota 10.2.

22.4 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 787.586, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 55.370, (ii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 363.327 e (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 368.889.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 11.638/2007, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar não poderá ultrapassar o capital social.

O limite atingido pela Companhia será deliberado em assembleia, e equacionado mediante aumento de capital.

22.5 Resultado abrangente acumulado

O saldo do resultado abrangente acumulado é composto pela entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 590.407 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2).

22.6 Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2024, através de (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 102.136 e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 275.472.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2025:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 66.134 (R\$ 56.214 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, aprovados em (i) AGE de 28 de março de 2025 o montante de R\$ 16.000; (ii) AGE de 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 17.000; (iii) AGE de 30 de setembro de 2025 o montante de R\$ 18.134 e (iv) AGE de 30 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 15.000.
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 70.707 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 156.545, que serão deliberados na AGO de abril de 2026.

No exercício de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 388.827 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

22.7 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido base para destinação	548.282
Reserva legal	(918)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(150.884)
Reserva de lucros a realizar	(103.094)
Juros sobre capital próprio	(66.134)
Dividendo mínimo obrigatório	(70.707)
Dividendo adicional proposto	(156.545)

Considerando o plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R\$ 150.884 à reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 103.094 referente principalmente à atualização monetária do ativo financeiro da concessão das distribuidoras. O montante remanescente de R\$ 156.545 foi proposto como dividendo adicional, que adicionado ao dividendo mínimo obrigatório totalizou R\$ 227.252.

(23) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	548.282	496.717
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	10,33	9,35

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.893.732	1.859.181	4.721	4.691	4.252.852	4.013.216
Industrial	6.505	6.938	316	527	277.038	422.505
Comercial	94.676	94.286	1.194	1.469	1.114.368	1.265.696
Rural	5.933	6.105	74	88	57.468	63.254
Poderes públicos	9.073	9.052	223	222	185.583	176.664
Iluminação pública	2.651	2.626	285	302	154.611	150.829
Serviço público	1.416	1.400	194	223	151.062	165.277
Fornecimento faturado	2.013.986	1.979.588	7.007	7.521	6.192.982	6.257.442
Consumo próprio	154	153	6	6	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	31.252	(58.441)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(3.089.634)	(2.978.491)
Fornecimento de energia elétrica	2.014.140	1.979.741	7.013	7.527	3.134.600	3.220.510
Concessionárias, permissionárias e autorizadas			2	3	14.092	23.427
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(13.398)	(22.194)
Energia elétrica de curto prazo			790	1.648	176.768	197.557
Suprimento de energia elétrica			791	1.651	177.462	198.790
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					3.103.032	3.000.685
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.759.314	1.517.738
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(11.371)	(12.471)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					591.109	509.820
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					365.962	339.791
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					156.203	138.475
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					396.974	334.238
Outras receitas e rendas					162.869	146.702
Outras receitas operacionais					6.524.092	5.974.978
Total da receita operacional bruta					9.836.154	9.394.277
Deduções da receita operacional						
ICMS					(1.379.897)	(1.321.724)
PIS					(125.778)	(123.425)
COFINS					(580.398)	(567.236)
ISS					(105)	(117)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.514.361)	(1.222.195)
Programa de P & D e eficiência energética					(52.753)	(52.676)
PROINFA					(85.800)	(89.152)
Bandeiras tarifárias e outros					(77.821)	-
Outros					(8.509)	(115.999)
					(3.825.422)	(3.492.524)
Receita operacional líquida					6.010.732	5.901.753

24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de maio de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

24.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em outubro de cada ano, através de Resolução Homologatória (“REH”), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 23 de outubro até 22 de outubro do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

- Em 2025, através da REH nº 3.543, relativa ao resultado do RTA, reajuste médio em 10,03%, sendo 10,25% referente ao reajuste tarifário econômico e -0,22% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 7,63%.
- Em 2024, através da REH nº 3.409, relativa ao resultado do RTA, reajuste médio em 1,33%, sendo -1,48% referente ao reajuste tarifário econômico e 2,81% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 3,03%.

24.3 Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2025, foi registrada receita de R\$ 396.974 (R\$ 334.238 em 2024), sendo (i) R\$ 51.172 (R\$ 33.416 em 2024) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 291.541 (R\$ 236.181 em 2024) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 12.610 (R\$ 46.085 em 2024) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 41.651 (R\$ 18.556 em 2024) de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

24.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A REH nº 3.484, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2025 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente a homologação da cota.

A ANEEL, por meio da REH nº 3.433, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A CDE Escassez Hídrica foi criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022 e suas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023. A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessa conta foram encerrados em setembro de 2024.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	1.658	1.707	(374.239)	(391.586)
PROINFA	160	167	(100.794)	(58.414)
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	7.481	8.771	(2.391.859)	(2.417.501)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	247.746	250.520
Subtotal	9.300	10.645	(2.619.146)	(2.616.981)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			(714.237)	(702.591)
Encargos de transporte de itaipu			(57.396)	(62.800)
Encargos de conexão			(24.300)	(30.336)
Encargos de uso do sistema de distribuição			(237)	(213)
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			19.828	(30.905)
Encargos de energia de reserva - EER			(179.539)	(171.572)
Crédito de PIS e COFINS			88.415	92.350
Subtotal			(867.466)	(906.067)
Total			(3.486.612)	(3.523.048)

(*) Conta de energia de reserva

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custos com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(133.130)	(128.668)	-	(1)	(39.383)	(35.970)	(55.664)	(50.360)	-	-	(228.177)	(214.999)
Entidade de previdência privada	5.400	4.364	-	-	-	-	-	-	-	-	5.400	4.364
Material	(31.810)	(30.405)	(331)	(669)	(2.129)	(2.372)	(1.401)	(2.907)	-	-	(35.671)	(36.352)
Serviços de terceiros	(97.945)	(99.814)	(578)	(896)	(50.446)	(49.876)	(87.374)	(71.987)	-	-	(236.344)	(222.572)
Custos com construção da infraestrutura	-	-	(591.109)	(509.820)	-	-	-	-	-	-	(591.109)	(509.820)
Outros	(4.882)	(167)	(39)	(11)	(10.149)	(11.980)	(26.813)	(43.606)	(22.892)	(17.296)	(64.776)	(73.059)
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	(9.991)	(11.802)	-	-	-	-	(9.991)	(11.802)
Arrendamentos e aluguéis	-	(3)	-	-	-	-	(3.361)	(3.686)	-	-	(3.361)	(3.689)
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	(4.568)	(3.752)	-	-	(4.568)	(3.752)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	(16.287)	(29.738)	-	-	(16.287)	(29.738)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.581)	(14.968)	(20.581)	(14.968)
Outros	(4.882)	(164)	(39)	(11)	(158)	(178)	(2.597)	(6.430)	(2.311)	(2.327)	(9.988)	(9.110)
Total	(262.367)	(254.689)	(592.058)	(511.397)	(102.107)	(100.198)	(171.252)	(168.860)	(22.892)	(17.296)	(1.150.676)	(1.052.440)

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	65.615	35.277
Acréscimos e multas moratórias	67.147	63.862
Atualização de créditos fiscais	97.576	101.282
Atualização de depósitos judiciais	14.108	11.743
Atualizações monetárias e cambiais	10.973	8.967
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	10.758	8.979
Atualização do ativo financeiro setorial (nota 9)	28.499	6.063
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(9.599)	(5.504)
Outros	3.669	2.225
Total	288.745	232.893
Despesas		
Encargos de dívidas	(316.596)	(273.608)
Atualizações monetárias e cambiais	(209.472)	(211.405)
(-) Juros capitalizados	6.703	6.534
Atualização do passivo financeiro setorial (nota 9)	(19.879)	(20.075)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(73.165)	(70.308)
Atualização de mútuo com partes relacionadas	(3.668)	-
Outros	(23.660)	(15.312)
Total	(639.736)	(584.173)
Resultado financeiro	(350.991)	(351.280)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,98% a.a. em 2025 (7,66% a.a. em 2024) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 105.358 (perda de R\$ 87.481 em 2024) (nota 31).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia que possuía em 31 de dezembro de 2025 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços:** Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente

contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

- c) **Contrato de mútuo** - refere-se principalmente a contrato celebrado com a State Grid Europe Limited (SGEL), com vencimento em setembro de 2028 e juros semestrais a partir de março de 2026 e remunerado a renminbi + 1,98%, com derivativos contratados de CDI -0,36%.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 7.355 (R\$ 7.469 em 2024). Este valor é composto por R\$ 6.561 (R\$ 6.630 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 115 (R\$ 107 em 2024) de benefícios pós-emprego e R\$ 679 (R\$ 732 em 2024) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Empresas								
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	5.230	4.970	1.613	1.554	-	-	41.758	38.631
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	97	267	(1.632)	(2.086)
Contrato de Mútuo								
State Grid Europe Limited ("SGEL")	-	-	1.018.793	-	-	-	(18.793)	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	126.921	113.356	-	-	-	-
Ativo contratual, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum	-	-	83	-	-	-	-	(546)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	497	1.504	25.783	34.479	50	141	(70.702)	(64.459)
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	34	53.959	53.283	-	-	(442.862)	(427.133)
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	21.744	24.430	-	-	(245.458)	(267.471)
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	(72.465)	(70.663)
Outras receitas operacionais								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	4.211	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	(889)	(866)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	66	8.506	6.658	-	-	-	-

A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 66.580 no exercício (R\$ 81.860 em 2024), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(29) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2025
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos Operacionais e Riscos de Engenharia	412.000
Transporte	Transporte nacional	136.611
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	62.890
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	279.810
Garantia	Seguro Garantia	346.600
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	155.500
Total		1.393.410

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (Data Protection Officer), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos

indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contido, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

				31/12/2025	
	Nota Explicativa	Categoria / Mensuração	Nível (*)	Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	358.107	358.107
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	5.848	5.848
Derivativos	31	(a)	Nível 2	100.876	100.876
Ativo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	79.115	79.115
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	3.836.600	3.836.600
Total				4.380.545	4.380.545
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	660.572	667.708
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	202.542	202.542
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.279.194	1.291.890
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	1.286.033	1.286.033
Mútuo com partes relacionadas (**)	28	(a)	Nível 2	1.018.793	1.018.793
Derivativos	31	(a)	Nível 2	13.050	13.050
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	429.151	429.151
Total				4.889.334	4.909.166

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda R\$ 43.677 em 2025 (ganho R\$ 62.514 em 2024).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) mútuo entre coligadas, controladas e controladora;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo de arrendamento, e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	384	-	384	8.825	(8.441)	USD + 1,94%	set/26	200.000
Mútuo com partes relacionadas	15.124	-	15.124	20.532	(5.408)	renminbi + 2,33%	set/28	1.000.000
	15.508	-	15.508	29.357	(13.849)			
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	85.367	(13.050)	72.317	86.328	(14.012)	IPCA + 4,30% a 7,7082%	ago/24 a out/39	1.132.741
	85.367	(13.050)	72.317	86.328	(14.012)	104,3% a 111,07% do CDI e CDI + 0,174% a 0,43%		
Total	100.875	(13.050)	87.825	115.685	(27.861)			
Circulante	384	(1.461)						
Não circulante	100.491	(11.589)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	402.742	(188.456)	(98.600)	115.685
Marcação a mercado	(110.959)	83.098	-	(27.861)
Total	291.783	(105.358)	(98.600)	87.825
Ativo circulante	277.961			384
Ativo não circulante	30.399			100.491
Passivo circulante	(137)			(1.461)
Passivo não circulante	(16.440)			(11.589)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2025	2024	2025	2024
Variação de taxas de juros	(11.967)	(4.839)	-	-
Marcação a mercado	63.398	(99.834)	135	561
Variação cambial	(176.489)	179.130	-	-
Marcação a mercado	19.565	13.023	-	-
Total	(105.493)	87.481	135	561

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foi de R\$ 171.723 (R\$ 148.482 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 24.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI,

IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2025 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%	Apreciação cambial de 50%
Instrumentos financeiros passivos	(202.542)	baixa dólar	(16.207)	38.480	93.168
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	203.061		16.249	(38.579)	(93.406)
	519		42	(99)	(238)
Instrumentos financeiros passivos	(1.018.793)	baixa renminbi	(104.779)	176.114	457.007
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.045.919		107.570	(180.803)	(469.175)
	27.126		2.791	(4.689)	(12.168)
Total	27.646		2.832	(4.789)	(12.407)
Efeitos no resultado do exercício			2.832	(4.789)	(12.407)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2025 foi de R\$ 5,50 para o dólar, e R\$ 0,79 para o renminbi.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,94, e R\$ 0,87 e a depreciação cambial de 8,00%, e 10,28%, do dólar e do renminbi respectivamente em 31.12.2025.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	357.308	alta CDI/SELIC	14,90%	13,65%	48.773	60.966	73.159
Instrumentos financeiros passivos	(909.937)				(124.206)	(155.258)	(186.310)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.499.372)				(341.164)	(426.455)	(511.746)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(350.036)				(47.780)	(59.725)	(71.670)
	(3.402.037)				(464.377)	(580.472)	(696.567)
Instrumentos financeiros passivos	(2.300.198)	baixa IPCA	4,26%	9,63%	(221.509)	(166.132)	(110.754)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.338.216				128.870	96.653	64.435
Ativo financeiro da concessão	3.836.600				369.465	277.098	184.732
	2.874.619				276.826	207.619	138.413
Total	(527.418)				(187.551)	(372.853)	(558.154)
Efeitos no resultado do exercício					(187.551)	(372.853)	(558.154)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 31b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	721.481	16.644	-	-	-	-	738.125
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	11.005	28.537	302.471	648.160	12.405	9.198	1.011.776
Derivativos	31	-	235	1.226	757	807	10.026	13.050
Debêntures - principal e encargos	17	-	83.438	361.552	745.077	872.742	2.129.961	4.192.769
Taxas regulamentares		23.933	-	-	-	-	-	23.933
Outros		9.378	93.740	15.326	244	-	-	118.688
Consumidores e concessionárias	21	9.251	64.937	-	-	-	-	74.188
EPE / FNDCT / PROCEL	21	-	-	14.180	-	-	-	14.180
Convênio de arrecadação	21	-	28.549	-	-	-	-	28.549
Fundo de reversão	21	127	255	1.145	244	-	-	1.771
Total		765.797	222.593	680.574	1.394.237	885.953	2.149.185	6.098.340

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2025, um valor de R\$ 6.703 (R\$ 6.534 em 2024) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

Ainda em 2025, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 4.588 (R\$ 4.588 em 2024), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024.

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 3 anos	2.926.409	4.143.443	-	7.069.852
Compra de energia de Itaipu	Até 3 anos	365.281	684.192	-	1.049.473
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 3 anos	1.039.856	2.103.139	-	3.142.995
Projetos de construção de subestação	Até 2 anos	27.604	11.197	-	38.800
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	334.129	312.996	27.287	674.411
Total		4.693.278	7.254.967	27.287	11.975.532

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

JIYONG CHAI
Vice Presidente

LUCIANO CESAR DE SOUZA OLIVEIRA
Conselheiro

DIRETORIA

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor Presidente

MINGZHI HAN
Diretora Financeira
e de Relações com Investidores

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos
Regulatórios

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

ROLANDS SARETTA MENEZES
Diretor de Operações

JIYONG CHAI
Diretor Executivo

SHENG XU
Diretor Executivo

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6



Companhia Piratininga de Força e Luz

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Piratininga de Força e Luz

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

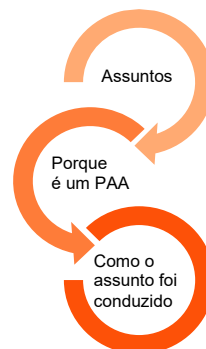
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7) A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecimento não faturado estimado somava R\$ 348.542 mil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria..	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo. Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração. Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos..

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento, mensuração e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14)	
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldos de ativo financeiro da concessão, ativos contratual e intangível (direito de concessão - infraestrutura), nos valores de R\$ 3.836.600 mil, R\$ 675.177 mil e R\$ 466.094 mil, respectivamente.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação.
Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).	Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.
O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro da concessão, ativo contratual e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.	Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados.
Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.	Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as premissas e critérios adotados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Piratininga de Força e Luz

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **Companhia Piratininga de Força e Luz**, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **Companhia Piratininga de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **Companhia Piratininga de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Campinas, 4 de Março de 2026.

Osvanil Oliveira Pereira
Diretor Presidente

Mingzhi Han
Diretora Financeira e de Relações com
Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras